



Boletim da Sesduem

02 DE SETEMBRO DE 2020

Governador do Paraná quer congelar a carreira docente

O governador Ratinho Junior enviou o Projeto de Lei do Orçamento propondo o congelamento de salários e progressões e promoções para 2021. O Fórum Estadual dos Servidores (FES) que reúne 22 sindicatos, entre eles o SESDUEM, esteve presente em várias ações, dentre elas o encontro com deputados abordando este projeto, e também organizando uma manifestação em frente ao Palácio do Iguaçu, conforme o protocolo do momento em que vivemos, como podemos ver na imagem seguinte.



Manifestação Protocolada contra projeto de Lei que congela salários até 31.12. 2021 - No Palácio do Iguaçu (Curitiba- PR – 26/08/2020). Fonte: FES

Após esta manifestação, o governador, em 31 de agosto, recuou em relação ao congelamento de salários e modificou o projeto, enviando para a Assembleia Legislativa o ofício número 419/2020 com a emenda ao projeto de lei que institui a LDO, a qual novamente suspende promoções e progressões até 31 de dezembro de 2021. Em 01 de setembro, realiza uma nova reformulação, a PL nº 248/2020, tendo como proposta final, o período da suspensão das progressões e promoções para a carreira docente, exceto aqueles que trabalham no Hospital Universitário. Também,

são excluídos da suspensão das promoções e progressões os servidores da Saúde, a Polícia Civil, a Polícia Militar e os Peritos Oficiais, **rompendo a isonomia do Servidor Público. Mais uma afronta aos direitos dos docentes e demais categorias de servidores públicos. A ALEP tem até 30 de setembro para votar a LDO.** Temos que ficar atentos aos movimentos que este governo está engendrando para a divisão das categorias, para posteriormente, realizar a tão sonhada privatização. Devido a toda esta manobra política que corre na surdina, o FES, juntamente com todos os sindicatos que dele fazem parte, está solicitando uma audiência pública junto aos deputados. Os representantes do Forum se reuniram com as lideranças do Governo na ALEP e apresentaram **os números das finanças estaduais que apontam a possibilidade de pagamento integral das promoções e progressões, provando que as projeções negativas da equipe econômica não se confirmam.** Também, os representantes apontaram para as isenções bilionárias de grandes empresários, como por exemplo, do agronegócio. Se não houvesse esta isenção, o Estado teria mais uma fonte, além do PIB, para **honrar seus compromissos com os servidores, compromissos estes previstos na Constituição Federal, como na data-base recebermos o reajuste da inflação do ano anterior.** O servidor público de todas as categorias tem uma defasagem salarial acumulada, por volta, de **18 %, defasagem esta devido à falta da correção da inflação e não de aumento de salário.** Essas perdas ocorrem desde o Governo Beto Richa e segue no Governo Ratinho (2017, 2018, 2019), **já com acúmulo de perda de 6 (seis) salários.**

Toda esta manobra política só demonstra o desejo, que já sendo apontado pelo governo, de por em ação a LGU nas Universidades que tiveram sua autonomia reconhecida pelo Superior Tribunal do Trabalho, precarizando ainda mais a Universidade Pública e dividindo a categoria, num ato covarde e nefasto.

A SESDUEM continua mobilizada no sentido de garantir os direitos dos docentes e conta com a participação de todos nas Assembleias para que possamos deliberar ações conjuntas contra estes ultrajantes ataques à nossa dignidade profissional e humana.

PARTICIPE! LUTE!FILIE-SE!